



## UM “ÁLBUM” QUE VIROU LIVRO: O ATESTADO FINAL DA “MISSÃO” DE LEOLINDA DE FIGUEIREDO DALTRO EM EDUCAR OS ÍNDIOS NOS SERTÕES DO NORTE DE GOIÁS\*

Paulete Maria Cunha dos Santos\*\*

Universidade Federal do Tocantins - UFT (Campus Porto Nacional)

[pauletemcunha@hotmail.com](mailto:pauletemcunha@hotmail.com)

**RESUMO:** O artigo que ora apresentamos objetiva uma análise inicial de como Leolinda de Figueiredo Daltra constituiu sua ação inédita e independente do Estado e da Igreja no que se refere à proposta de uma educação indígena laica. A nossa protagonista, exercia o magistério como professora municipal no Rio de Janeiro. Enquanto isso, nos jornais da capital do país circulavam notícias dos recém chegados “Cherentes” à cidade, à “civilização”. O calendário marcava julho de 1896. Leolinda, sensibilizada com a situação do grupo Xerente e, especialmente, identificada com a “missão” de educar decidiu acompanhá-lo no retorno aos sertões do norte de Goiás, hoje Estado do Tocantins. Uma professora catrática da sociedade carioca poderia se envolver com “problema de índio”? Quem é essa mulher? A multiplicidade da atuação de Leolinda e sua articulação com uma extensa rede de relações é um fio condutor para o historiador.

**PALAVRAS-CHAVE:** Leolinda Daltra – Mediadora – Missão de catequista leiga.

**ABSTRACT:** The article aims an initial analysis in how Leolinda de Figueiredo Daltra made a new action and independent from the State and the Church with the regard to the proposal of a lay Indian education. Our protagonist practiced teaching like a professor at Rio de Janeiro municipal. Meanwhile, in the newspapers from the country capital circulated news about the newcomers “Cherentes” to the city, to the civilization. The calendar marked July 1896. Leolinda, touched by the situation from the group Xerente and, especially, identified like an education “mission” decided to join him in returning from the backlands of northern Goiás, Tocantins State nowadays. Could a teacher from Rio de Janeiro society been involved with an Indian problem? Who is this woman? The multiplicity from Leolinda actuation and its articulation with an extensive network of relationships is a thread for the historian.

**KEYWORDS:** Leolinda Daltra – Mediator – Mission of lay catechist.

---

\* Trabalho apresentado no XII Corredor das Ideias do Cone Sul: Nosso rosto Latinoamericano. As ideias. As experiências. As culturas – com modificações para o presente artigo – São Leopoldo, RS, UNISINOS, 2011.

\*\* Professora Assistente na Congregação do curso de História da Universidade Federal do Tocantins - UFT, campus de Porto Nacional. Mestre em História e Doutoranda do PPG em História da Unisinos. Bolsista Fundo Pe. Milton Valente.

Leolinda de Figueiredo Daltro, de acordo com seu “papel social”, exercia o magistério como professora municipal no Rio de Janeiro. Enquanto isso, nos jornais da capital do país circulavam notícias dos recém chegados “Cherentes”<sup>1</sup> à cidade, à “civilização”. O calendário marcava julho de 1896. Leolinda, certamente uma leitora assídua dos jornais, sensibilizada com a situação do grupo Xerente e, especialmente, identificada com a “missão” de educar decidiu acompanhá-lo no retorno aos sertões do norte de Goiás, hoje Estado do Tocantins. Sem dúvida, dividida por uma grande agitação entre os que a apoiavam e os que a censuravam. Uma professora catedrática<sup>2</sup> da sociedade carioca poderia se envolver com “problema de índio”? Quem é essa mulher? Às vezes, heroicizada e santificada em sua “missão” de “catechista leiga”, outras vezes, apontada como anticristo.<sup>3</sup> De que maneira se constituiu sua ação inédita e independente do Estado e da Igreja no que se refere à proposta de uma educação indígena laica? A multiplicidade da atuação de Leolinda e sua articulação com uma extensa rede de relações é um fio condutor para o historiador.

Afinal, qual seria este fio condutor? O nome. Carlo Ginzburg propõe uma investigação em séries documentais, pois esta proporciona encontrar, na multiplicidade dos tempos e dos espaços, o mesmo indivíduo ou grupos de indivíduos em contextos sociais diferentes.

O fio de Ariana que guia o investigador no labirinto documental é aquilo que distingue um indivíduo de outro em todas as sociedades conhecidas: o nome. [...] As linhas que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido.<sup>4</sup>

---

<sup>1</sup> Faz-se necessário avisar ao leitor que optamos por preservar a ortografia do documento. Também utilizaremos aspas nas expressões transcritas do livro como “album”, “missão”, “Cherentes”, dentre outras.

<sup>2</sup> De acordo com SILVA, Otacílio A. da. **O Ensino Popular no Distrito Federal**. v. 1. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica da Secretaria Geral de Educação e Cultura, 1936. p. 44-46, no decreto legislativo n. 38, de 9 de maio de 1893, os membros do magistério primário do 1º grau eram divididos em duas classes: professores catedráticos e professores adjuntos. Os primeiros eram os diretores das escolas dentre os diplomados pela Escola Normal e, os adjuntos eram auxiliares dos catedráticos também diplomados. Consulta na Biblioteca da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, jun. 2011.

<sup>3</sup> Assim era referida por alguns missionários que atuavam na região e fronteiras.

<sup>4</sup> GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 174-75. Texto originalmente publicado por GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo Il nome e il come: mercato storiografico e scambio disuguale. In: **Quaderni Storici**, 40, 1979, p. 181-190.

No “album”<sup>5</sup> de Leolinda, seu companheiro inseparável, cada documento reunido nos oferece um “micro” universo de sua “macro” atuação. Embora sua escrita mais densa apareça no prólogo como “Explicação necessária”,<sup>6</sup> seu pensamento e comportamento são evidenciados nos relatos selecionados sobre cada um dos personagens (incluindo instituições) que compõem a ampla rede. Essa proposição nos permite uma intersecção com os princípios metodológicos da microanálise, pois propõe um duplo movimento, isto é, nos determos sobre o que significa a escolha de escala reduzida e, simultaneamente, investigar a rede das relações em que o indivíduo se articula em uma determinada sociedade<sup>7</sup>. A micro-história, de certa maneira, se propõe também a investigar as ações/conflitos que destoam em alguma medida de pensamentos e comportamentos considerados “normais” e/ou “tradicionais”. Sendo assim, pode-se presumir que o episódio singular vivido por Leolinda nos aponta diversos sinais sobre sua “missão” e a pluralidade da rede de personagens que a envolveu.

### UM “ALBUM” QUE VIROU LIVRO

**Da catechese dos índios no Brasil.** Notícias e documentos para a História (1896-1911)<sup>8</sup> é um exercício de codificação - prática de rememoração – que nos deixou Leolinda de Figueiredo Daltro. Nascida na Bahia,<sup>9</sup> migrou para a então capital federal

<sup>5</sup> Leolinda assim o definiu: “album” porque contém registros de inúmeros testemunhos dos lugares por onde passou, desde a saída definitiva de São Paulo capital (1897) até o retorno à capital federal (1900), passando por Uberaba – MG e sua “missão” entre os “selvicolas” nos sertões do norte de Goiás e Mato-Grosso.

<sup>6</sup> Dentre outros documentos, Leolinda ainda apresenta no livro um Programa e uma Moção no 1º Congresso Brasileiro de Geografia (1909); cartas abertas ao público (1902; 1908); as Atas da Associação de Protecção e Auxílio aos Selvicolas do Brasil (1908; 1909); e entrevista para dois jornais, *Correio da Manhã* (1906) e *O Paiz* (1909).

<sup>7</sup> Ver mais sobre o método da microanálise em: LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, [1992] 2006. p. 167-182; LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992. p. 133-161; LIMA, Henrique Espada Rodrigues. Questões de escala: Giovanni Levi. In: LIMA, Henrique Espada Rodrigues. **A micro história italiana: escalas, indícios e singularidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 225-276; REVEL, Jacques. A história ao rés-do-chão. Prefácio. In: LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p.7-37; GRENDI, Edoardo. Repensar a micro-história. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998. p. 251-262.

<sup>8</sup> **Da catechese dos índios no Brasil.** Notícias e documentos para a História (1896-1911). Rio de Janeiro: Typ. da Escola Orsina da Fonseca, 1920.

<sup>9</sup> Um extenso estudo da sua trajetória de vida é realizado por ROCHA, Elaine P. **Entre a pena e a espada: a trajetória de Leolinda Daltro (1859-1935) - patriotismo, indigenismo e feminismo**. 2002.

ainda no apagar das luzes do Império para trabalhar como professora, provavelmente para acompanhar seu segundo marido<sup>10</sup> e, também garantir o sustento de sua família de cinco filhos, Alcina, Alfredo, Oscar, Leobino e Aurea, aos quais dedica seu livro.

Leolinda (ou D. Leolinda, como era referida) constitui-se em uma personagem instigante e plural. Uma mulher pública em uma sociedade em que se estabelecera que este espaço fosse prioritariamente do homem. O sentido do termo nos é sugerido pela historiadora Michelle Perrot, ao tratar de mulheres públicas e fronteiras móveis “[...] existem muitos meios, diretos ou não, de ser uma mulher pública, com a condição de dar a essa expressão certa extensão. Ser reconhecida como tal revela-se mais difícil e sempre suspeito”.<sup>11</sup>

Imaginemos Leolinda, ainda no final do século 19, como uma mulher que circula na imprensa das duas principais cidades brasileiras, São Paulo e Rio de Janeiro. Vale frisar que os jornais são um espaço de acesso e circulação da palavra e que em certa medida modelam a esfera pública. Michelle Perrot sugere outra reflexão elucidativa sobre as formas de circulação da palavra pública feminina a partir do século 19. “Sem o poder, como as mulheres ganharam influência nas redes durante tanto tempo dominadas pelos homens? Primeiro pela correspondência, depois pela literatura e, por fim, pela imprensa. Ainda que permaneçam restritas a tarefas subalternas, elas se inseriram em todas as formas do escrito”.<sup>12</sup> Essa ponderação nos permite outras. Como Leolinda conseguiu visibilidade, isto é, sair do “silêncio” e obter a palavra pública? Por que uma proposta laica de educação indígena, na virada do século 19 para o século 20, movimentou intensamente a opinião pública?<sup>13</sup>

O livro apresenta as matérias jornalísticas colecionadas por Leolinda nos principais periódicos da capital federal, São Paulo capital, Minas Gerais e Goiás. Essas matérias fazem referências a Leolinda, o que atesta sua circulação na imprensa por mais

---

Tese (Doutorado em História Social), Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, SP, 2002. De acordo com sua pesquisa, Leolinda nasceu em 1859, em Najé, no Recôncavo Baiano, e faleceu no Rio de Janeiro, em 1935, em consequência de um atropelamento em uma das principais ruas da capital.

<sup>10</sup> De acordo com seu neto Othon de Castilho Daltro, o seu segundo marido Appolonio de Castilho Daltro era funcionário da Fazenda da Província da Bahia, na capital Salvador, e foi transferido para o Rio de Janeiro. Entrevista concedida à autora, em 17 jun. 2011.

<sup>11</sup> PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998. p. 10.

<sup>12</sup> Ibid. p. 59.

<sup>13</sup> GAGLIARDI, José Mauro. **O indígena e a república**. São Paulo: Hucitec, 1989, realizou um estudo pioneiro e elucidativo sobre o programa laico da professora Leolinda Daltro.

de uma década (1896 – 1911). Leolinda não nos deixou um diário, mas fez de seu “album” de viagem “uma arte cumulativa de comunicação escrita”,<sup>14</sup> pois ele contém o relato de testemunhos de pessoas ilustres e comuns sob a forma de cartas, de atestados de autoridades regionais (Goiás) e nacionais, de abaixo-assinados e até de uma sumária contabilidade. É apropriado assinalar que, além da correspondência recebida de contatos de ordem pública, se faz presente também a de seus filhos e amigos. Em suma, sua presença, sua fala e sua escrita nos guiam pelos espaços/tempos em que Leolinda circulou e pelo seu desejo de ser reconhecida publicamente e, certamente, de imprimir uma identidade, “catechista leiga”<sup>15</sup> ou “missionária”, como se autodefinia.

A narrativa de sua viagem se dá no cruzamento entre o relato de testemunhos e o olhar pitoresco (regional e nacional) que desnuda o vale entre os rios Araguaia e Tocantins. Os índios aparecem na heterogeneidade do discurso como os principais protagonistas na “missão” de Leolinda. Contudo, nota-se, ao mesmo tempo um contraponto quanto ao teor de quem produz e confirma o discurso. Ou seja, constatamos uma homogeneidade discursiva, que é testemunha de uma política indigenista e, como tal, o identifica em voz uníssona como “selvicola”, o que significa que tem que ser educado, ou de outro modo, “civilizado”. Em outras palavras, as características do discurso – homogênea e heterogênea – embora pareçam contraditórias não se excluem, mas se complementam e se sustentam no jogo das relações de alteridade dos diferentes grupos sociais envolvidos. Vejamos um testemunho de seu “album”, como indica o título “Uma Pagina de Menos”:

Illustre e inclyta bahiana! Eu vos saúdo e peço permissão para inutilizar uma pagina de vosso album de viagem, onde mentalidades favorecidas com finos dotes litterarios estamparam seus pensamentos inspirando-se na vossa ingente temeridade. [...] mas, como antes desta ha neste album muitas paginas em que se leem os traços da vossa varonilidade, pedi a uma dellas que me emprestasse o estylo para empregal-o a respeito da illustre brasileira que, arrostando todas as dificuldades, vem plantar nos arraiais indigenas o lábaro da instrucção e da luz!<sup>16</sup>

<sup>14</sup> Sobre as experiências da memória feminina, PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: EDUSC, 2005. p. 9-26; p. 33-43, considera que há uma tripla operação: acumulação primitiva, rememoração e ordenamento do relato.

<sup>15</sup> Carta de Leolinda, escrita em São Paulo capital, em 29/04/1897. Em período imediatamente anterior à sua saída definitiva para os sertões do norte de Goiás.

<sup>16</sup> O testemunho é de Agostinho Ribeiro da Fontoura (Major honorário do Exército e ex-comandante do Presídio Militar de Santa Maria do Araguaia). A carta é de Santa Maria do Araguaia hoje município de Araguacema-TO, In **Da catechese dos índios no Brasil**. Notícias e documentos para a Historia (1896-1911). Rio de Janeiro: Typ. da Escola Orsina da Fonseca, 1920. p. 133. (destaque no original)

A “missão” de Leolinda pode parecer, inicialmente, um fato anômalo ou insignificante. Contudo, assume proporções incomensuráveis na medida em que suscitou opiniões tanto na sociedade regional, quanto na nacional. Pode-se considerar o longo caminho que percorreu da capital federal até os sertões e, naturalmente, a sua extensa circulação entre aldeias indígenas, passando por diversos municípios do então norte de Goiás. Sem contar as adversidades naturais do sertão e, sobretudo, a oposição de interesses locais acostumados com a exploração do trabalho indígena e a apropriação de terras dos aldeamentos.<sup>17</sup> Afinal, o ineditismo de uma proposta de instrução leiga aos “selvicolas”, ainda no final do século 19, embora em consonância com um ideal positivista, que caracterizava a postura de intelectuais de sua contemporaneidade, só poderia ter alcançado tal repercussão na multiplicidade de ações (e reações) naquele momento de efervescência política e social no panorama brasileiro. Outro testemunho, agora dirigido à “D. Leolinda Daltro”:



O que direi no vosso livrinho? Que admiro a vossa ilustração, o vosso valor, a vossa virtude e muito mais ainda essa santa abnegação, pela qual renunciastes a vida commoda de um centro populoso, para vos dedicardes a ardua tarefa, digo, ardua missão de civilisar indigenas! Que junto os meus, aos vossos votos para que o Governo da União e do Estado vos facilitem os meios precisos para levardes ao fim o vosso vasto e philanthropico plano de catechese.<sup>18</sup>

Nessas linhas, entre outras dezenas de centenas que compõem o “documento-monumento” está esboçada a confirmação de que o programa de educação indígena laica proposto por Leolinda não obteve apoio oficial dos cofres públicos. No entanto, obteve a ampla participação da sociedade regional de Goiás, a qual lhe valeu ainda, a admiração de amigos (as), como nos demonstra essa carta da cidade de Leopoldina (hoje Aruanã-GO), assinada por Benedicta Azevedo de Mendonça: “Ficamos, pois,

<sup>17</sup> Embora não trataremos aqui desta questão, talvez possa se acrescentar outro elemento, a instalação de presídios militares, a partir da metade do século XIX, ao longo do Araguaia e Tocantins, em Goiás. Estes fortins tinham finalidades estratégicas tais como garantir a segurança das fronteiras, o comércio na região e a ocupação das margens destes rios por colonos e, consecutivamente, livres de “problema de índio”. Eis a política indigenista de Goiás: “civilizar” ou expulsar (ou até exterminar)! Sobre este assunto, específico (dos presídios em Goiás), ver KARASCH, Mary. Catequese e cativo, política indigenista em Goiás: 1780-1889. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, [1992] 2003. p. 397-412; e CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Política indigenista no século XIX. In: *Ibid.* p. 133-154.

<sup>18</sup> O testemunho é assinado por Salvador Azevedo (Promotor público) da cidade de Porto Nacional, In **Da catechese dos índios no Brasil**. Notícias e documentos para a Historia (1896-1911). Rio de Janeiro: Typ. da Escola Orsina da Fonseca, 1920. p. 148.

pedindo a Deus para que sejais muito feliz em toda a vossa viagem e que volteis breve para termos o prazer de vos tornar a ver e abraçar como sinceras, verdadeiras e leaes amigas”.<sup>19</sup> Aos testemunhos foi agregada a informação sobre a profissão do (a) autor (a). Dentre eles, encontramos sertanejos, viajantes, negociantes que estão de passagem e, até mesmo, professores, funcionários dos Correios e, ainda, autoridades locais.

Já nas páginas iniciais do livro, Leolinda faz uma homenagem aos três heróicos defensores de sua proteção e até mesmo de salvaguardar a sua própria vida: intendente major João Baptista Xavier Serradourada (goiano), coronel Leão Leda (maranhense) e coronel José Dias Ribeiro (goiano). Em seguida, o reconhecimento de outros amigos e protetores, com destaque para famílias de coronéis e juizes de Direito. Cabe evidenciar que, após agradecer aos seus principais defensores, lista os lugares<sup>20</sup> por onde passou e manifesta sua gratidão às respectivas autoridades e famílias que concederam apoio moral e material. Mas... A primeira homenagem é para “seus índios”, como os referia: “[...] além da dedicação dos índios meus companheiros e amigos, devo a salvação de minha existencia, ameaçada a cada passo de ser enleada nas tramas insidiosas de inimigos solertes e implacaveis”.<sup>21</sup>

### O ATESTADO FINAL DE SUA “MISSÃO”?

O programa de Leolinda, sem dúvida, encontrou forte oposição de missionários que atuavam na região e fronteiras, como por exemplo, de capuchinhos no norte de Goiás e de dominicanos em Conceição do Araguaia, no Pará.<sup>22</sup> Pois, em consonância com a política indigenista Imperial,<sup>23</sup> a Província de Goiás optou pelo emprego dos

<sup>19</sup> **Da catechese dos índios no Brasil.** Notícias e documentos para a Historia (1896-1911). Rio de Janeiro: Typ. da Escola Orsina da Fonseca, 1920. p. 214.

<sup>20</sup> Dentre eles: Goyaz (antiga capital de GO), Morrinhos (GO), Porto Nacional, Natividade (no atual Estado do TO), São José do Duro (hoje Dianópolis no TO).

<sup>21</sup> **Da catechese dos índios no Brasil.** Notícias e documentos para a Historia (1896-1911). Rio de Janeiro: Typ. da Escola Orsina da Fonseca, 1920. p. XIII.

<sup>22</sup> A cidade de Conceição do Araguaia situa-se às margens do Araguaia e fez parte do itinerário de Leolinda. Sobre o conflito por parte de missionários e Leolinda não trataremos na presente explanação.

<sup>23</sup> CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. (Org.). **Legislação indigenista no século XIX:** uma compilação: 1808-1889. São Paulo: Edusp: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 1992, faz um estudo de fôlego sobre o ato da elaboração de um conjunto de normas (Decreto nº 426 de 24/07/1845), conhecido como Regimento das Missões, o qual definiu as relações do Império com os povos indígenas. Já a mudança de atitude do Governo Imperial sobre o papel do elemento religioso, após o Diretório pombalino, na questão indígena é discutida por BEOZZO, José O. **Leis e regimentos das**

capuchinhos na catequese dos povos indígenas da região. Com o fim do Império, a instauração da República brasileira (1889) ainda mantém indefinida sua política indigenista até os anos de 1910, quando se institui o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN), posteriormente conhecido somente como SPI. Enquanto isso, a Igreja confirmava sua tarefa missionária no afã de prosseguir o ensino religioso, que deveria receber as populações indígenas aldeadas. É notável lembrar que a Constituição republicana (1891) tornara o ensino laico.<sup>24</sup>

Embora nosso recorte temporal se concentre na virada do século 19 para o século 20 e a principal protagonista se apresente como “catechista leiga”, a postura metodológica da mediação cultural de Paula Montero<sup>25</sup> nos sugere uma chave de leitura para a hermenêutica das fontes. Inicialmente, como já nos referimos, a narrativa da viagem de Leolinda é apresentada por inúmeros testemunhos (incluindo o de Leolinda), o que caracteriza uma heterogeneidade discursiva, pois são vozes que se sedimentam em uma multiplicidade de tempos/espços. Espaço citadino como origem e espaço do sertão (e dos rios) como destino. Espaços estes, convêm advertir, que regulam seu próprio tempo. Como? Aqui se considera a lógica da alteridade entre o litoral e o sertão, a qual se constitui por práticas distintas dos indivíduos e, como tal, por um modo específico de contar e valorar o tempo. Também concordamos que pode haver interação e/ou contradição entre os diversos sujeitos sociais, pois estamos atentos à voz do indígena, que se apresenta no livro como interlocutora, entretanto, em alguns momentos o seu discurso aparece registrado. Por fim, aqui se propõe um jogo do olhar<sup>26</sup> do historiador que, em certa medida, constitui a História. Pode-se ter um jogo de olhares?

---

**missões:** política indigenista no Brasil. São Paulo: Loyola, 1983. Contudo, ambos concordam sobre dois pontos nevrálgicos: o caráter civilizatório da catequese e o “problema” das terras indígenas. Lembremos que o regimento antecede a Lei de Terras de 1850.

<sup>24</sup> BEOZZO, José O. A Igreja frente aos Estados liberais: 1880-1930. In: DUSSEL, Enrique (Org.). **Historia Liberationis**. 500 anos de história da Igreja na América Latina. São Paulo: Paulinas, 1992. p. 177-222, faz uma análise do papel da Igreja frente ao Estado liberal (1880-1930) e considera a batalha pelo ensino católico contra o caráter laicista da escola pública como um dos componentes no conjunto das transformações econômicas e de conflitos políticos, sociais e religiosos do período.

<sup>25</sup> MONTERO, Paula. Índios e Missionários no Brasil: para uma teoria da mediação cultural. In: MONTERO, Paula (Org.). **Deus na Aldeia**. Missionários, índios e mediação cultural. São Paulo: Globo, 2006. p. 9-29.

<sup>26</sup> Valemo-nos aqui da história do processo de constituição da alteridade e o *olhar* viajante na percepção de dois autores: HARTOG, François. **O espelho de Heródoto**: ensaio sobre a representação do Outro. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999. p. 31-39; e CARDOSO, Sérgio. O olhar viajante (do etnólogo). In: NOVAES, Adauto (Org.). **O Olhar**. São Paulo: Cia das Letras, 1988. p. 347-360.



Talvez. O olhar contemporâneo aos acontecimentos narrados no “album”, o olhar retrospectivo<sup>27</sup> de Leolinda e o olhar da pesquisadora sobre ambos os processos/tempos.

Leolinda organiza o livro em duas partes, a primeira com o subtítulo “Notícias e documentos” refere-se ao contato inicial com o grupo Xerente até a viagem propriamente dita (1896-1900) e a segunda parte, “A minha acção pelos autóchtones na Capital Federal”, apresenta sua obstinada luta de uma década (1910), circulando por várias instituições e congressos com o objetivo de criar a “Associação de Protecção e Auxilio aos Selvicolas do Brasil”. Como já apontamos, a seleção e a ordenação do corpus documental envolvem uma prática de codificação conjugada ao exercício de rememoração. Em outras palavras, o livro – “album” – de Leolinda representaria o atestado final de sua “missão” em educar os índios nos sertões do norte de Goiás.

Eu, abaixo assignado, declaro, por palavra de honra [...] a Sra. D. Leolinda de Figueiredo Daltro, trouxe de Goyaz, até aqui nas aldeias dos indios cherentes, de meu commando, diversos volumes contendo brindes para os mesmos indios cherentes, sendo esses brindes por mim distribuidos na presença della e para a conducção dos mesmos brindes essa senhora pagou frete de Goyaz a Leopoldina, comprou igarité, ubá e pagou frete de Santa Maria até aqui, além de outras despezas.<sup>28</sup>

Essa instigante declaração é do Capitão Joaquim Sepé Brasil, chefe dos Xerente<sup>29</sup> da aldeia Providência, localizada à margem esquerda do Tocantins.<sup>30</sup> Cabe ressaltar que “Capitão Sepé”, como era conhecido, acompanhou Leolinda desde sua saída do Rio de Janeiro. Os jornais da capital federal imprimiam, em julho de 1896, admiração e surpresa com a chegada do chefe Xerente e seus companheiros de jornada. A viagem, que durara quase seis meses, de acordo com as declarações de Sepé, tinha como principal objetivo reivindicar terras e educação junto ao presidente da República.

<sup>27</sup> O livro como já indicado foi publicado em 1920, isto é, vinte anos após sua viagem.

<sup>28</sup> A declaração é reconhecida pelo tabelião interino da cidade de Natividade (1899), In **Da catechese dos indios no Brasil**. Notícias e documentos para a Historia (1896-1911). Rio de Janeiro: Typ. da Escola Orsina da Fonseca, 1920. p. 218.

<sup>29</sup> Etnia Xerente do grupo Jê Central, que vive hoje (em área demarcada) às margens do Tocantins e do Sono, no município de Tocantínia, atual Estado do Tocantins. A respeito da estrutura social e política atual entre os Xerente ver SCHROEDER, Ivo. Os Xerente: estrutura, história e política. **Soc. e Cult.**, Goiânia, v. 13, n. 1, p. 67-78, jan./jun. 2010. Sobre os Xerente e outros povos indígenas no Brasil central, consultar GIRALDIN, Odair. Povos indígenas e não-indígenas: uma introdução à história das relações interétnicas no Tocantins. In: GIRALDIN, Odair. (Org.). **A (trans) formação histórica do Tocantins**. Goiânia: Ed. da UFG, 2002. p. 109-135.

<sup>30</sup> A aldeia da Providência situava-se no distrito de S. Sebastião de Piabanhas, no município de Porto Nacional. O distrito tem origem no aldeamento Theresa Christina fundado nos anos de 1850. Hoje município de Tocantínia- TO.

Era a época de Prudente de Moraes, primeiro presidente civil. Cabem aqui algumas ponderações. Os índios expressavam uma organização em torno de seus interesses? Ou, talvez, já anunciavam o poder de representação de uma política indígena? Como Leolinda se envolveu com a causa indígena? O que significava para ela torná-los “cidadãos uteis”? Ou, ainda, por que se arriscou em uma “acção civilisadora” entre os “selvagens” da “Mãe Patria”. São essas e outras inquietações que, no momento, pretendemos menos elucidá-las, do que compartilhar com pesquisadores que desenvolvam temáticas afins.

### O PAPEL DE MEDIADORA

Retomando Montero, a sua proposição sugere colocarmos o problema das relações entre índios e missionários no plano da análise das “configurações culturais”, ou seja, o plano se desloca da mudança cultural para o paradigma da “mediação cultural”, que se ocupa dos nexos entre o local e o global. O que significa que a atividade missionária, por propor ativa e continuamente conexões de sentido, constitui um observatório privilegiado para a análise desse tipo de relações transversais e descentradas que caracteriza o trabalho de mediação.<sup>31</sup> Em resumo, essa proposição pretende superar a ideia de um modo composto de identidades isoladas e captar as interconexões e descontinuidades operantes no jogo das relações transculturais entre índios e missionários.

A par da proposição enunciada, pode-se entender que os mediadores são agentes da dimensão política dos processos de ressignificação da tradição indígena e não indígena. Mas no caso específico de Leolinda, uma impressão nos parece de maior relevo, pois imprimiu simultaneamente à sua prática de codificação a dupla acção de mediadora, inicialmente no papel de missionária ou “antropóloga” como já reconhecida<sup>32</sup> e, posteriormente, na extensa luta com objetivo de fundar uma instituição

---

<sup>31</sup> MONTERO, Paula. Índios e Missionários no Brasil: para uma teoria da mediação cultural. In: MONTERO, Paula. (Org.). **Deus na Aldeia**. Missionários, índios e mediação cultural. São Paulo: Globo, 2006. p. 31-66.

<sup>32</sup> CORRÊA, Mariza. Os índios do Brasil elegante & a professora Leolinda Daltro. In: CORRÊA, Mariza. **Antropólogas & Antropologia**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. p. 107-139, usa o termo antropólogas, porque os estudos antropológicos naquele período eram também identificados como os “estudos de sociedades indígenas”, estando nessas características a identificação do trabalho das três personagens, que trata em sua obra, como antropólogas: Leolinda Daltro, Emília Snethlage e Heloísa Alberto Torres.

de auxílio e proteção aos povos indígenas. De que maneira? Após seu retorno ao Rio de Janeiro continuou o registro de suas ações na tentativa de criar uma associação de proteção aos “autóchtones” tornando-os “cidadãos uteis”. Nomeamos aqui algumas das relações sociais estabelecidas no papel de mediadora, como por exemplo, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1902); no Congresso Pan-Americano (1906); e na União Cívica Brasileira (1906). Após concretizar a instalação da já referida Associação (1º/09/1908), fez o pedido de ser nomeada independentemente de remuneração para o cargo de “Missionaria Civilisadora dos Índios de Goyaz” (1909), o que foi recusado. Eis que surgiu, ainda no mesmo ano, uma derradeira oportunidade, o 1º Congresso Brasileiro de Geografia, e Leolinda recebeu um convite para participar dos trabalhos da Comissão de Etnografia, à qual apresentou um Programa de ensino laico – o denominou “Memória”. Também recusado. Prontamente, redigiu uma Moção e, finalmente, obteve a aprovação do Programa (mas não a sua execução).<sup>33</sup>

Pode-se arguir que sua atuação ganhou repercussão, sobretudo na imprensa fluminense, após quase dois anos de seu retorno à capital federal, em 1902,<sup>34</sup> a partir da chegada de outro grupo indígena, também procedente do norte de Goiás, que agora pretendia reconduzi-la às aldeias. Uma passagem na revista **D. Quixote**<sup>35</sup> nos dá a dimensão da mediação cultural, entendida aqui como jogos de comunicação entre os espaços da relação transcultural entre Leolinda, o Estado, os índios e as tensões de uma política indigenista entre o apagar das luzes do Império e a instauração da Primeira República.

Os índios Pinagés foram ao Papãe Grande fazer queixas. Este prometeu tudo fazer em bem d’elles, e mandou-lhes distribuir tudo o que precisavam./ Os Pinagés aproveitaram o melhor que puderam as fazendas [tecidos] e ferramentas que distribuiu a policia./ De volta ao Tocantins, os índios, mostrarão aos fazendeiros e as vaccas o seu título. Estes não farão caso; nem as vaccas que continuarão logo a lamber o milho dos Pinagés, na roça e em tudo./ Já se sabe o

<sup>33</sup> Leolinda inicia outra luta. Desta vez, pela emancipação política da mulher. Vale enfatizar que Leolinda foi a Fundadora do Partido Republicano Feminino, em 1910. A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), desde 2004, concede o diploma Mulher-Cidadã Leolinda de Figueiredo Daltro àquelas que tenham contribuído na Defesa dos Direitos da Mulher e nas questões de gênero. A obra de HAHNER HAHNER, June E. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937**. São Paulo: Brasiliense, 1981, é uma das primeiras a revelar Leolinda em sua fase de sufragista (e feminista).

<sup>34</sup> A chegada do grupo indígena coincide com o início da circulação de Leolinda no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1902), com o objetivo de criar uma associação para proteção dos silvícolas.

<sup>35</sup> Dirigida por Ângelo Agostini. Conhecido por dirigir a Revista Ilustrada, também de caráter humorístico, desde a década de 1870.

resultado. Correria de índios. Os Pinagés do Tocantins mattarão um fazendeiro e [...] etc e tal. D’ahi talvez a resolução de uma professora querer guardal-os...<sup>36</sup>

O título, no mínimo inusitado, “Cousas Divertidas”, assim como seu conteúdo pode nos parecer hilário à primeira vista, entretanto, com um olhar mais cuidadoso, pode-se inferir que o texto da revista **D. Quixote** também sugere a produção das relações de interação (e/ou contradição) entre os diversos atores nos múltiplos espaços de uma relação multicultural (ou de alteridade). Por exemplo, o “Papão Grande” – Campos Salles – representa para o índio o Estado na figura do chefe [Presidente] do Brasil. Eles aceitam presentes de um chefe, que recebe os “selvagens” na repartição Central da Polícia – a hospedagem da rua do Lavradio, assim ironicamente designada por jornalistas de **O Paiz**, naqueles dias de setembro de 1902, que se tomavam de indignação com a situação em que foram expostos. Mas, à polícia foi conferido o ato de distribuir os presentes! Por quê? Certamente, não com a intenção de maquiar a prática repressiva de um dos mecanismos do Estado, mas, provavelmente, porque pouco distribuiria do que necessitavam os índios. Desta vez, enviados à capital pelo Capitão Sepé, os Xerente se juntam a outras etnias que os acompanham, como os Krahô e, também, os Apinajé. E quais seriam as suas demandas? Como indica a charge com requintes de humor tétrico: o título [das terras]... Ou será a “professora”?

## PALAVRAS FINAIS

Nesse momento, orientados pela opção microanalítica, retomamos a multiplicidade da atuação de Leolinda e sua extensa rede de relações<sup>37</sup> como o fio condutor para o historiador. Porque, ao investigar a realidade social considera na trama da história a multiplicidade das relações representada nas interações contínuas das estratégias individuais e/ou do grupo. Pode-se conjugar esta proposição metodológica com a da mediação cultural? Talvez possam se apoiar já que não são indissociáveis.

---

<sup>36</sup> O texto aqui transcrito está originalmente como uma charge na revista, dentre outros assuntos na mesma página apresentados sob o prisma de humor. AGOSTINI, Ângelo. **D. Quixote**. Rio de Janeiro, ano VIII, n. 158, 20 set.1902, p. 8.

<sup>37</sup> A noção de composição interativa do tecido social é usada também pelo antropólogo norueguês Fredrik Barth (e abundantemente na antropologia social inglesa) através de uma metáfora: *rede*. Entendida como representação das interações contínuas das diferentes estratégias individuais. LIMA, Henrique Espada Rodrigues. Questões de escala: Giovanni Levi. In: LIMA, Henrique Espada Rodrigues. **A micro história italiana: escalas, indícios e singularidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 262.

Como? Ambas trabalham com processos da multiplicidade dos espaços/tempos, isto é, o espaço de interação entre os diversos atores. O nome, Leolinda, proporcionará encontrá-la na multiplicidade dos tempos e dos espaços com grupos de indivíduos (e instituições) em contextos sociais diferentes. O papel de mediadora de Leolinda pode ser entendido como um processo de comunicação, pois envolve construções de situações e relações, incluindo as de alteridade, o que se traduz em uma heterogeneidade discursiva, pois são vozes que se sedimentam, também, em múltiplos tempos/espaços. Em uma palavra, as opções metodológicas se configuram em um espaço intersticial para o olhar do historiador que pretende devolver a prática de codificação de Leolinda.



[www.revistafenix.pro.br](http://www.revistafenix.pro.br)

**ARTIGO RECEBIDO EM 04 DE DEZEMBRO DE 2011. APROVADO EM 15 DE MAIO DE 2012**